

18 OUT 1984

O outro planeta

Dívida externa

Credores do mundo, os bancos americanos, europeus e japoneses reabrem, nesta semana, a "Operação Brasil 85".

Economistas dos bancos e técnicos do FMI estão desembarcando no Galeão para os primeiros movimentos de pericia contábil (em nossas contas) e de auditoria política (em nossos planos). Objetivo: calcar, tecnicamente, a decisão do bloco credor, comunidade de 814 bancos privados do Hemisfério Norte, na remontagem do serviço da dívida brasileira para todo o ano que vem. A operação, segundo William Rhodes, "Administrador" da dívida brasileira pelo lado credor, deve arrastar-se até fevereiro. Ou até a segunda quinzena de janeiro, Colégio Eleitoral já consumado, sucessor de Figueiredo já consagrado.

William Rhodes reafirma o ponto básico: a negociação de agora vale para as contas de 1985. Uma renegociação plurianual ficaria para depois de março, Brasil de governo novo.

Os termos da renegociação da dívida externa, com Maluf ou com Tancredo, embarcarão no "modelo exemplar" do reescalonamento já praticado pelo México.

A previsão é de Fred Bergsten, diretor do "Instituto International of Economics", de Washington. Ex-secretário adjunto do Tesouro dos Estados Unidos, Bergsten domina o assunto do ponto de vista técnico e desfruta de informações privilegiadas do ponto de vista político. Semana passada, em Paris, ele participou de um painel sobre "Os Riscos da Falência Mundial", mesa integrada por apenas três expositores e debatedores: Fred Bergsten, Jacques Delors (eleito presidente da comissão europeia) e o ministro brasileiro Delfim Netto (que não compareceu).

No auditório, 320 banqueiros e industriais da Europa Ocidental.

Tese sustentada por Bergsten: o México deixou de ser problema, o Brasil tem salvação, a Venezuela está quase no ponto. O desastre ainda ronda a Argentina, a Bolívia é caso perdido, o Peru vai de mal a pior.

Renegociação em bloco? Negativo. O esquema, sobre ser tecnicamente impraticável, é politicamente falacioso — sustenta Fred Bergsten. Cada caso é um caso, começando pelo caso da Ar-

gentina, que acaba de se internar na UTI do FMI, com a promessa solene de derrubar a inflação sideral de 680% ao ano para "apenas" 300%, entre 1º de outubro de 1984 e 30 de setembro de 1985.

Quanto ao Brasil, o elo perdido da reprogramação econômica está na estoica resistência da inflação, que se agarra ao patamar dos 200 a 220% ao ano, em que pese o ataque "kamikaze" da recessão corretiva. Para um auditório estupefato, Fred Bergsten limitou-se a comentar:

A) A inflação brasileira é única, porque realimentada pela indexação ampla, geral e irrestrita;

B) Essa mesma indexação neutraliza os efeitos mais perversos da mesma inflação que ela realimenta....

Bergsten disse que esteve no Brasil em julho e agosto, não conseguiu assimilar a fisiologia da "economia indexada", mas localizou um dado significativo: nenhum brasileiro voltou a falar de moratória ou coisa parecida. Mas todos, indistintamente, queixaram-se dos juros internacionais de mercado.

Na execução, ao pé da letra, dos termos em vigor do serviço da dívida, juros na faixa atual de 12 a 13% ao ano, mais comissões e "spreads" até aqui praticados, o futuro governo terá de assumir uma conta de remessa de juros da ordem de US\$ 84 bilhões, no acumulado de seis anos, sem o ingresso de qualquer "fresh money"...

Vale repetir: com Maluf ou Tancredo, o Brasil terá de pagar, no próximo governo, só de juros sobre a dívida já contratada, a massa plutônica de US\$ 84 bilhões.

A projeção é da revista financeira "Institutional Investor", de Nova Iorque, que apresenta o escalonamento do nosso coice-de-mula financeiro, em bilhões de dólares:

- 1) 1985, US\$ 13,8
- 2) 1986, US\$ 14,6
- 3) 1987, US\$ 14,3
- 4) 1988, US\$ 14,6
- 5) 1989, US\$ 13,7
- 6) 1990, US\$ 13,0.

O total de US\$ 84 bilhões sugere o seguinte: o primeiro governo pós-revolução vai pagar, só de juros, quase tanto quanto os governos da revolução tomaram emprestado lá fora para a execução de projetos

aqui dentro. E pagar juros é não executar obra alguma.

Em bases técnicas ou físicas, o Brasil poderá honrar tamanho compromisso? Ainda que podendo fazê-lo, deve continuar jogando fora a criança com a água do banho?

A dúvida deixou de ser nossa, agora é dos próprios banqueiros. A confissão é do próprio William Rhodes: sem o reescalonamento geral dos prazos, das taxas e das amortizações, o capital não será repatriado, o sistema bancário hesitará em injetar dinheiro bom sobre tanto dinheiro ruim... a menos, claro, que as condições de mercado, no Atlântico Norte, possibilitem a redução dos juros para menos de 8% ao ano, patamar histórico do Pós-guerra.

Isso, porém, não depende dos banqueiros nem dos investidores. A queda natural dos juros terá de aguardar a redução do "deficit" orçamentário dos Estados Unidos.

Jacques Delors — voltemos ao painel parisiense da "Falência do Mundo" — não faz por menos: reeleito, o presidente Reagan fará para baixar o "déficit", que deve subir para perto de US\$ 300 bilhões, ali pela altura do ano fiscal 1986/87. Por tabela, juros em alta ou no alto, superdólar devastando a política cambial do planeta, "Déficit" comercial dos Estados Unidos subindo para US\$ 200 bilhões em 12 meses...

Em resumo: se a dívida do Terceiro Mundo, Brasil no meio, não for renegociada em 1985/86, o mundo mergulhará no "Crash" aterrador em 1987/88, ainda nos fluidos da bola-de-crystal de Jacques Delors.

Ou no suspiro desconsolado do chanceler Saraiva Guerreiro, sacando do arquivo-morto do Itamaraty o alerta desligado de Cartagena: o pior da dívida ainda virá, o infarto da "debt crisis" mal começou, os banqueiros não estão enxergando meio palmo à frente dos respectivos charutos, os endividados passam a respirar a "melhora da morte", agora que o destino de meio mundo está nas mãos enluvadas de uma simples conta-de-chegar, equação contábil da vida de bilhões de homens e não de bilhões de dólares...

Da própria natureza da profissão: o mundo do banqueiro vai até 31 de dezembro. Uma ótica de balanço.

O ano que vem é outro planeta.